

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 12
DE OUTUBRO DE 2020 -----**

Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Carlos Alberto Chaves Monteiro, Presidente, Victor Manuel dos Santos Amaral, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Cecília D'Ascensão Escaleira Cardoso Amaro, Sérgio Fernando da Silva Costa, Ana Cristina Gonçalves das Neves Marques Correia e Manuel Daniel Felizes Simões Santos, Vereadores.-----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e dez minutos, tendo seguidamente colocado à votação as actas das reuniões realizadas nos dias 14 e 22 de setembro que foram aprovadas por unanimidade.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Boa tarde a todos. Relativamente aos assuntos de antes da ordem do dia, dar conhecimento da Cimeira Luso-Espanhola. A título de balanço, congratulamo-nos pela forma como decorreu a Cimeira e o mediatismo que por um dia trouxe à Guarda. Penso que a Guarda também ganhou com um evento desta natureza pela visibilidade, pela presença, desde logo, do Presidente do Governo do Reino de Espanha e também do Primeiro-Ministro Português e respetivos Ministros, oito de cada Estado. Disponibilizámos os equipamentos do Município da Guarda para que esta Cimeira tivesse o melhor e

maior desempenho possível e transmitisse também para fora exatamente aquilo que a Guarda possui e a capacidade de organização. A propósito disso mesmo, o reconhecimento e um cumprimento muito especial para todos os colaboradores do Município da Guarda. Claro que foi um trabalho conjunto com o gabinete do Protocolo de Estado, mas também de todos os colaboradores do gabinete do Primeiro-Ministro, onde, pelos diferentes responsáveis, quer Portugueses, quer Espanhóis, foi realçado o desempenho, o trabalho, a dedicação, a competência, a capacidade de organização que os guardenses envolvidos, em especial os colaboradores da Câmara Municipal da Guarda, desenvolveram para que esta Cimeira tivesse estado ao mais alto nível. Por isso, também muito nos satisfaz o reconhecimento dos Governos, não só do trabalho demonstrado, mas também pela opção de que a mesma se realizasse na Guarda e, efetivamente, também fosse, através da Guarda, comunicado ao País e à Península Ibérica um conjunto de opções e de projetos que nós consideramos válidos e que poderão ir mais além. Estou certo, do contacto que tive com os diferentes Ministros, e esta Cimeira também serviu para isso, desde logo com reuniões que tivemos com alguns deles, para podermos colocar na agenda ministerial também aquilo que são assuntos da agenda local. E, portanto, fruto já de anúncios anteriores, diria que se reiterou a confiança nos compromissos e num trabalho conjunto para que possamos levar a bom porto essas mesmas metas, em colaboração exatamente com o compromisso governamental da administração central, para que a Guarda possa continuar a almejar e a pensar em projetos maiores. E, ao mesmo tempo, comprometer os membros do Governo, na medida do possível, a cumprir e a ter a Guarda como um destino importante desses investimentos. E, portanto, essa nota clara de que a Guarda foi, de alguma forma, capital desta Península Ibérica por um dia, onde também o desempenho de toda a cidade e do concelho ficou a ganhar do ponto de

vista mediático. Nós queremos mais efetivamente, mas esperamos que sejam sementes lançadas ao terreno e que, no futuro, produzam também alguns frutos. É isso que nós, acima de tudo, queremos e acreditamos que vai acontecer. -----

Um outro ponto, informar da reunião com o Ministro da Administração Interna na Câmara Municipal, que ocorreu no dia 9 de outubro, durante a tarde, nos Paços do Concelho. Neste encontro foi feito o ponto da situação sobre as várias estruturas do Ministério a instalar na Guarda. O governante informou que durante esta semana serão feitos os contactos necessários para a concretização também do Centro Nacional de Segurança Rodoviária na cidade mais alta e que ocorrerá até ao final do ano. O Ministro reafirmou também que o comando da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR vai ter a sua estrutura de comando nacional na cidade da Guarda com cerca de cem militares, podendo vir a chegar aos duzentos. É um trabalho que temos que desenvolver conjuntamente até à primavera de 2021. Algo que nunca esteve em causa, algo que foi um compromisso e com ele tive ocasião de dizer por diversas vezes, inclusivamente para uma televisão que não passou as minhas palavras. Até que, cara a cara, me seja transmitido o contrário, eu acredito no respeito institucional, no respeito pessoal, no respeito que deve existir num estado de direito pelos diferentes responsáveis assim mandatados pelo povo. E, como tal, não poderia deixar de ser de outra forma que não fosse a confirmação do trabalho realizado até aqui. Como eu disse sempre, só não conseguimos concretizar mais cedo aquilo que vamos fazer na próxima semana, - na sequência de uma reunião no comando nacional da GNR, em Lisboa, em fevereiro deste ano, onde agendámos a reunião técnica para avaliar as obras que é preciso realizar, - porque veio a pandemia e impediu que essa reunião técnica acontecesse, o que atrasou este processo. E também, como sabemos, uma das condições de instalação, ou reinstalação, ou mudança de serviço a este nível nunca ocorrerá em períodos de

incêndio, ou em períodos críticos, que possa pôr em causa o servir das populações. E, portanto, são regras. Na sexta feira passada tive a confirmação de que este processo está em curso e para a semana iremos ter essa mesma reunião técnica. E desejamos todos, dentro do que é o tempo possível e adequado, que consigamos trazer esta unidade para a Guarda, a ser instalado no edifício das antigas Infraestruturas de Portugal. -----

Na sexta feira passada, por volta das 18 horas, também se realizou na Guarda mais uma conferência no âmbito da nossa Candidatura à Capital Europeia da Cultura, «Capitais Europeias da Cultura - Passado e Futuro», onde, de entre diversos palestrantes, tivemos a Diretora Regional da Cultura do Centro e outros que dignificaram e enriqueceram o painel, Cristina Farinha, socióloga e membro do painel de seleção e monitorização das capitais europeias da cultura. Jean Pierre Deru, Diretor da Fondation Marcel Hicter, Jonathan Goodacre, Sénior Consultant, Internacional at The Audience Agency, no âmbito cultural Marcel Hicter, Franco Bianchini, que são professores também no âmbito da política cultural na Universidade do Reino Unido. Portanto, foi também com ele, e nesta troca de experiência e de conhecimento, que o nosso corpo técnico, a direção executiva, eu próprio e o senhor Vice-Presidente também que tem esse pelouro e essa responsabilidade, pudemos ali beber um pouco mais daquilo que é a cultura, o conhecimento do que são critérios fundamentais para que a nossa candidatura possa alicerçar-se, ser um processo de construção permanente e de que forma é que o mesmo pode ter impacto direto nas populações, não só durante um período de candidatura, como num período posterior em que a cultura cada vez mais é também um eixo e um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos povos e também para o desenvolvimento económico e para a fixação de pessoas. E, por isso, nós estamos imensamente apostados em que esse projeto corra bem e esta

iniciativa integra-se efetivamente nesse âmbito. A par também da Capital Europeia da Cultura, dar nota, apesar do convite feito a todos os senhores Vereadores, da agenda cultural da Beira Interior 2020/2021. Mas queria transmitir-vos que é uma união cultural e, a partir daqui, porque não, também no futuro, uma união cada vez mais forte, do ponto de vista político, da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, onde cada um dos concelhos dos dezassete apresentam um conjunto de iniciativas culturais, integradas numa única agenda, durante um período de seis meses e, por isso, é mais uma aposta clara daquilo que são as ações, os atos, os eixos estratégicos de desenvolvimento desta política cultural do Município, integrada, de uma forma mais abrangente, no âmbito da candidatura. E com certeza que a adesão destes dezassete Municípios, concretizada na realização e com o apoio também de diversos órgãos de comunicação social, porque a comunicação aqui é fundamental, até para nós, cidadãos da Guarda e desta Beira Interior, possamos beber constantemente daquilo que tem sido o trabalho da direção executiva, do executivo da Guarda, na pessoa do senhor Vice-Presidente, e que nós tenhamos uma perceção de que este é um processo que nos convoca a todos. Não é um processo interno, organizacional e institucional, mas um processo de interação, de transversalidade, de abrangência a todos os cidadãos, a todo o território. E, por isso, também queremos exatamente novos desafios por parte da sociedade civil, que reforcem efetivamente este laço cultural que se quer cada vez mais abrangente e que nos ajudará, no futuro, também a ter mais aprofundamento naquilo que são as políticas comuns de um território que partilhamos muitas das potencialidades e das dificuldades. E, por isso, penso que é bem demonstrativo, esta candidatura, de que queremos ir muito para além da nossa fronteira e que esta cultura e esta candidatura possam contribuir para essa verdadeira união de desenvolvimento dos povos e de bem-estar futuro de todos os que cá residem. -----

Informar, também, que a Câmara Municipal da Guarda e a GNR já começaram a distribuir os equipamentos de teleassistência. O Município da Guarda, numa parceria com o Comando Distrital da Guarda Nacional Republicana e o apoio da ADSI avançaram com o sistema eGuard. Trata-se de um sistema de teleassistência e monitorização que tem como objetivo proteger os munícipes idosos ou com necessidades especiais que vivem em zonas mais isoladas do concelho da Guarda. No dia Internacional da Pessoa Idosa, 1 de outubro, o Município e a GNR procederam à entrega de alguns desses equipamentos. Este equipamento é constituído por um dispositivo eletrónico de apoio gratuito que permite obter assistência permanente em qualquer eventualidade. Trata-se de um objeto do tamanho de um comando de um portão, com apenas um botão, que quando premido durante mais de três segundos aciona a chamada SOS para a GNR. O dispositivo deverá ser utilizado no caso, por exemplo, de doença súbita, incêndio, em caso de presenciar ou ser vítima de crime, ou de qualquer outra situação considerada de emergência. -----

Dar conhecimento também que já se iniciaram as obras da Rua do Encontro. Trata-se da primeira fase da empreitada “Reabilitação do Largo Frei Pedro e Envolvente, Rua do Encontro, Rua Alves Roçadas e Rua Camilo Castelo Branco”, que corresponde a um investimento de 365 mil euros. -----

A Câmara Municipal entregou também, na passada quarta feira, nas próprias instalações da Acriguarda, um apoio aos criadores da raça bovina jarmelista, um apoio no valor de 5 mil euros a estes produtores e associados da Acriguarda. -----

Dar conhecimento que o Município decidiu renovar as medidas de Salvaguarda por mais trinta dias. -----

São estes os assuntos que nós tínhamos para comunicar. Passo a palavra aos senhores Vereadores para dela fazerem uso.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Boa tarde. Queria-me congratular também com as suas palavras em relação à Cimeira Ibérica. Portanto, fazemos nossas as suas palavras. E vamos aguardar que estes ventos tragam algo ao nosso interior um pouco esquecido. -----

Também queria-me congratular, porque falamos sempre, a comunicação social, as pessoas, estamos sempre a pôr o nosso hospital em baixo e, então, desta vez, eu queria congratular a Unidade de Acidentes Vasculares Cerebrais da ULS da Guarda, pois foi distinguida com o prémio Diamante por uma instituição europeia, em que só mais quatro outros hospitais de Portugal tiveram essa distinção. Portanto, também queria deixar esta referência. -----

Em relação ao que o senhor Presidente acabou agora de falar, sobre a agenda que foi lançada, lamento, mas nós não fomos convidados como o senhor Presidente estava a dizer que tínhamos sido convidados.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora Vereadora, eu tenho a prova, tive ocasião de ver. Eu faço-lhe chegar a prova do convite enviado.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não. Para a agenda não porque eu estava cá na cidade da Guarda e não recebemos nada. Recebemos sim um convite, que afinal viemos ver. Troquei também informação com o meu colega, por sinal ele é que me alertou. Fomos ver e eu tenho um convite na caixa de lixo, o da Randstad. Esse sim foi para o lixo e o do meu colega também foi para o lixo. De resto, para a agenda, não tivemos qualquer convite. Lamento, mas não tivemos. Não está no caixote do lixo, não está em lado nenhum. Portanto, não me venham dizer que mandaram porque não mandaram. Era só isto que eu tinha, para já, a acrescentar. E sobre teleassistência, assim como os outros subsídios que o senhor Presidente anda a dar, lamentamos não sermos informados primeiro. É pela comunicação social que

nós temos conhecimento destas ações. Da teleassistência, no dia do idoso, foi pela comunicação social que tivemos conhecimento.” -----

- **Manuel Simões dos Santos, Vereador:** “Boa tarde a todos. Foi noticiado, recentemente, a criação de uma rede de inovação com vinte e quatro Polos de Investigação distribuídos pelo País. São notícias que parecem dar-nos razão sobre a importância da introdução de conhecimento nas regiões, situação que temos vindo a defender ao longo do tempo. Pela especificidade de altitude e a dificuldade que esse facto representa, no nosso ponto de vista, a Guarda continua e continuará sempre a ser o local onde mais se justificam instituições desta natureza. Estranhamente, nenhum desses Polos ficará sediado na Guarda, mas sim em cidades vizinhas, nomeadamente, Covilhã, Viseu, Nelas, Mirandela e no Douro, em cotas de altitude bem mais pacíficas do que a nossa. Trata-se de uma situação onde não podemos deixar de levantar a questão, pelo facto de o desenvolvimento só ser possível existindo conhecimento. E isto leva-nos a questionar qual a razão do reduzido grau reivindicativo das nossas instituições e chamar à atenção, a quem de direito, para o problema.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “É um Centro de Altitude?” -----

- **Manuel Simões dos Santos, Vereador:** “Estamos a referir que foi criada uma rede de inovação com vinte e quatro Polos de Investigação que vão ser distribuídos pelo País. Nenhum ficará sediado na Guarda mas sim em cidades vizinhas, como a Covilhã, Viseu, Nelas, Mirandela e no Douro.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Quem é que criou estes Polos nessas cidades? Quem são os agentes deste processo?” -----

- **Manuel Simões dos Santos, Vereador:** “Do que temos conhecimento é que é uma iniciativa do Ministério da Agricultura, que vai agregar instituições de ensino superior e outras instituições. Só estamos a alertar.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Ficámos a saber. Agora vamos tentar perceber porque é que a Guarda não foi tida neste processo pelo Ministério da agricultura.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, senhoras e senhores Vereadores, Técnicos do Município, boa tarde a todos. Queria falar aqui sobre alguns temas que considero pertinentes, falar da forma que o vou fazer. Sobre a Ecovia do Noéme, assistimos, no passado dia 1 de outubro, à visita da senhora Secretária de Estado do Ambiente à obra de reabilitação do miradouro hidrográfico de Vale de Estrela e ao laboratório de rios da Montanheira. Foi com muito agrado que todos assistimos à visita de um membro do Governo àquela intervenção, comprovando a importância estratégica da mesma, não só para a Guarda, mas também para toda a região e para o País. Estávamos no caminho certo quando, juntamente com os técnicos do Município, o meu gabinete articulou com a APA a execução de toda aquela operação durante os anos de 2018 e 2019. Temos a firme certeza que, a partir de agora, já ninguém falará mal desta grande intervenção, como aconteceu recentemente por parte de alguns políticos locais, pois agora, com tantos flashes, com tantas placas de inauguração e com tantas publicações nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social, a Ecovia do Noéme será, sem dúvida, um marco histórico do nosso concelho, sendo muito urgente a sua manutenção, limpeza e sinalização. Relembrando o que já tive oportunidade de dizer na última reunião de Câmara, a Ecovia do Noéme permitiu a recuperação e a criação de caminhos ao longo das suas margens, novos acessos para os proprietários dos terrenos que gentilmente cederam de forma gratuita algumas servidões de passagem, tal como a ligação às aldeias ao longo do seu percurso, também muito importante sob o ponto de vista turístico, cultural e económico, como é o caso de Vale de Estrela, Aldeia do Bispo, Barracão, Quintazinha do Mouratão, Monte Barro, Carapito da Légua,

Gata, Vila Garcia, Vila Mendo, Vila Fernando, Albardo, Marmeleiro, Rochoso e Monte Margarida. Ao longo dos seus cerca de trinta quilómetros, podemos disfrutar do miradouro hidrográfico de Vale de Estrela, lugar simbólico que dá o mote de partida e onde se visualiza as três principais bacias hidrográficas de Portugal (Mondego, Douro e Tejo), os laboratórios de rios, as dezenas de moinhos de água tradicionais e antigas captações de água, os açudes, poldras, pontes e pontões já recuperados ou edificados de novo, as zonas de lazer, o património religioso, a coabitação com os habitats naturais próprios desta linha de água. Enfim, um imenso património a mostrar e valorizar. Foi com um grande sentimento de dever cumprido que coordenei com os técnicos do Município, com a administração, com os três diretores regionais e com os técnicos da APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, bem como com a equipa projetista chefiada pelo professor Pedro Teiga, toda esta intervenção marcante para o território das dez freguesias e para todo o concelho da Guarda. Foi mesmo considerado o melhor exemplo nacional no uso dos dinheiros públicos para a recuperação pós-incêndio e aproveitamento dessas sinergias para transformar a intervenção numa mais valia, em termos de recuperação e atração para a convivência com os habitats naturais do Rio Noéme e das aldeias mais próximas. -----

Depois, sobre o Contact Center Altice/ Randstad, aconteceu comigo exatamente o que aconteceu com os senhores Vereadores do Partido Socialista. Eu recebi efetivamente o convite para a Randstad, mas não recebi o convite para apresentação da agenda. Foi exatamente a mesma coisa. E, por isso, tive a oportunidade de poder estar presente neste da Randstad e foi com grande sentido de dever cumprido que assisti também, na passada semana, à renovação do acordo com a empresa Randstad, para a manutenção, por mais cinco anos, da sua permanência no Pavilhão do Parque Municipal com o Contact Center da Altice.

Recordo o ano de 2015 quando, conjuntamente com o então Presidente Dr. Álvaro Amaro, num curto espaço de tempo conseguimos, após várias rondas negociais, a sua fixação na Guarda e assegurando, em tempo recorde, as condições de trabalho desejadas. Todos desejamos a sua permanência por muitos e muitos anos e que o seu negócio possa mesmo ser aumentado, naquelas ou noutras instalações, pois dessa forma estamos a potencializar os nossos recursos e podendo aumentar os postos de trabalhos tão necessários na nossa região. -----

Depois, falar das declarações públicas do senhor Presidente recentemente. Mais uma vez, ouvimos e lemos na comunicação social algumas declarações suas sobre o estado de algumas obras, depois de, na última Reunião de Câmara, nada ter dito sobre essa matéria. Senhor Presidente, peço-lhe, mais uma vez, que qualquer dúvida que tenha faça o favor de me questionar nesta mesma reunião, olhos nos olhos, e não nas costas de um microfone ligado, a bem da democracia e a bem da boa imagem desta nobre casa. Mas, já agora, em relação a um dos aspetos que V. Exa. referenciou nessas declarações, no que diz respeito a alegadas intervenções mal planeadas ao nível das infraestruturas enterradas, devo aqui fazer mais um esclarecimento em jeito de ensinamento. Os cerca de setenta arruamentos intervencionados nos bairros da cidade, entre 2014 e 2017, foram planeados exatamente da mesma forma, com uma diferença, na medida em que sempre valorizei e potencializei os recursos humanos do Município. Sempre que havia uma rua para pavimentar, os trabalhadores dos ex-SMAS e do Município substituíam os coletores de saneamento e de águas pluviais e as condutas de abastecimento de água, em paralelo com a intervenção pontual noutras redes. Desta forma, tínhamos uma poupança muito significativa e celeridade nos processos. Foi também desta mesma forma que foram planeadas as intervenções adjudicadas no início do ano, nas cerca de vinte ruas da cidade e nos aglomerados rurais da freguesia urbana da

Guarda. É assim que se defende o interesse público, com a ajuda dos trabalhadores do Município, poupando o dinheiro dos Guardenses. Quanto às restantes acusações infelizes e infundadas que V. Exa. proferiu a meu respeito, já respondi, em devido tempo, e a Guarda merece bem mais do que esta discussão estéril. -----

Sobre a iniciativa Portugal Lés a Lés, é sempre com muito orgulho que assisto a grandes eventos que contribuem para a imagem e para a economia da Guarda e, por isso, votei a favor do apoio financeiro a esta organização. Mas devo referir que também devemos sempre valorizar as nossas organizações, associações, sejam elas de que tipo forem. Não vi associado a este evento o Moto clube da Guarda, o que me entristeceu, pelo que apelo ao Executivo que, em próximas iniciativas similares o possam fazer, contribuindo assim também para a afirmação dos que por cá estão e muito fazem pela comunidade e pelo Município ao longo da parte restante do ano. -----

Sobre o plano anti-Covid nas escolas, tenho constatado que algumas salas de aula continuam a funcionar no mesmo espaço e com os mesmos alunos, em muitos casos partilhando até a mesma mesa, lado a lado e separados por uma simples fita, como verificámos recentemente na Escola Secundária da Sé. Como não foi até agora aqui apresentado nenhum plano adicional, sugiro que o Executivo, em conjunto com os Agrupamentos Escolares, possa, com a máxima urgência, redefinir as salas de aula, podendo mesmo recorrer a edifícios escolares que tenham sido entretanto encerrados, ou até mesmo a outros que tenham espaço disponível, como sendo edifícios propriedade do Município, do Instituto São Miguel ou outros ainda dos Agrupamentos. -----

No que diz respeito ao transporte de alunos em carreiras regulares de operadores privados, chegou-me a informação que continuam a existir problemas na freguesia

de Codesseiro, pelo que urge ser resolvido pois já passou quase um mês após o início das aulas. -----

Sobre o Hotel Turismo, mais de três anos passaram após o anúncio e posterior adjudicação para a sua reabilitação. Em condições normais, estaríamos a cerca de um ano da sua grande reabertura, com toda a pompa e circunstância. Fomos assistindo, ao longo deste tempo, ao contínuo atrasar do processo. Começando pela colocação de simples placas publicitárias, à limpeza anual das ervas paredes meias com os edifícios adjacentes, mas não mais do que isto. Mais recentemente, tivemos a notícia do processo de insolvência da empresa adjudicatária e que iria ceder a sua posição contratual a uma outra empresa desconhecida. Como nada acontece e continuamos a assistir à degradação diária e contínua daquele espaço tão emblemático para a Guarda e para a região, temos de nos insurgir e questionar o Governo do Partido Socialista sobre afinal o que se passa e porque é que a obra não avança, pois não se vê interesse algum em querer resolver este problema. E outras perguntas se podem também fazer e que as deixo ao Executivo para que procure as informações necessárias, se as não tiver, para responder às mesmas. Quem é a Empresa que quer agora assumir a posição contratual? Quem é que foi o responsável pela angariação dessa Empresa? Quando é que a Empresa avança com as obras? Qual a nova data para reabertura ao público do Hotel Turismo? -----

Sobre a Cimeira Ibérica, foi com um grande orgulho guardense que todos presenciámos a realização na Guarda. Em boa hora o Executivo desta Câmara, pela mão do seu anterior Presidente, Dr. Álvaro Amaro, enviou, em 2018, uma carta ao senhor Primeiro Ministro, propondo a sua realização na Guarda. Mas aquilo a que todos assistimos, no passado sábado, foi a um grande show-off, a uma grande mão cheia de nada, a uma grande desilusão. Não foi anunciada qualquer medida concreta para a Guarda, para o seu desenvolvimento económico, para as suas

acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, para a sua saúde. Esperava que pudesse ter existido um porta voz dos guardenses na defesa dos projetos estruturantes para a Guarda, como o Porto Seco, o Terminal Ferroviário da Guarda e o corredor transfronteiriço entre a Guarda e Vilar Formoso, entre outras medidas extremamente importantes sob o ponto de vista da Cooperação Transfronteiriça. Sobre esta matéria, todos entraram mudos e ficaram calados, não tendo a Guarda sido devidamente defendida e perdeu-se mais uma oportunidade. Não passou mesmo de uma passeata de fotografias para as principais figuras presentes. Um verdadeiro Congresso Socialista Ibérico, a que todos tivemos de assistir de forma impávida e serena. E até a falta de respeito pelos órgãos locais democraticamente eleitos, foi bem evidenciada. Não podemos esquecer que os eleitos estão sempre em primeiro lugar em relação aos nomeados. A figura do Presidente da Câmara foi mesmo renegada para segundo ou terceiro plano nos discursos de ambos os estados, a não ser nas fotografais de rua, que muitos valorizam muito mais do que algo bem concreto e definido. Os dignos representantes do poder local não foram sequer convidados, nem que fosse simplesmente para protestarem cumprimentos, respeito e lealdade ao Estado Português, como a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, os Deputados Municipais, os Vereadores. A Guarda perdeu uma grande oportunidade de exigir aquilo a que tem direito. Se a Guarda serviu de simples barriga de aluguer para a realização da Cimeira Ibérica, também deveria ter servido para o anúncio de algumas medidas bem concretas e definidas que todos ambicionamos e desejamos para o futuro da nossa Terra. É tudo, por agora.” -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- EBS da Sé - Auto de receção provisória. -----
- Reabilitação dos espaços públicos na rua Cândido Dias Lopes – Bairro de S. Miguel – recomeço dos trabalhos. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Atribuição e Alienação do Lote N.º 39 da PLIE à Firma Atalho Obrigatório Unipessoal, Lda. com Outorga de Escritura Pública: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º 330/2020

Considerando que: -----

A firma Atalho Obrigatório Unipessoal, Lda., com sede na Avenida Nuno de Montemor, lote 18, cave E, 6300 - 738 Guarda, com o NIPC 516 109 383, com objeto social de fabrico de carroçarias, reboques e semi-reboques entre outras atividades relacionadas com veículos automóveis, manifestou interesse em adquirir o lote n.º 39 da PLIE, com a finalidade de ampliar a sua atividade económica;-----

O referido lote possui uma área de 1073m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º1322, descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º1402 da freguesia de Casal de Cinza. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: ----

1. Atribuir e alienar à firma Atalho Obrigatório Unipessoal, Lda., o lote n.º39 da PLIE, com a área de 1.073m², pelo valor de €4.206,16 (quatro mil duzentos e seis euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o previsto no artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes para Instalação de Atividades Económicas, e em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

2. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal competência para outorga da escritura pública de alienação.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 2 - Atribuição e Alienação dos Lotes N.ºs 36 e 37 da PLIE à Firma Conway, Lda. com a Outorga de Escritura Pública: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º331/2020

Considerando que: -----

A firma CONWAY, LDA., com sede na Rua Cidade Wattrelos, n.º16, R/C Esq.º, 6300 - 542, na Guarda, com o NIPC 514 455 241, CAE Principal: 41200-R3, e CAE Secundários: 42990-R3; 71120-R3 e 43210-R3; conforme Certidão Permanente da firma, manifestou interesse em adquirir os lotes n.ºs 36 e 37 da PLIE, com o intuito de edificar um armazém bem como escritórios;-----

Os referidos lotes possuem uma área de 1073m2 cada um, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 1319 e 1320, descritos na competente Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 1399 e 1400, respetivamente, da freguesia de Casal de Cinza. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: ----

1. Atribuir e alienar à firma Conway, Lda., os lotes n.ºs 36 e 37, da PLIE, com a área de 1.073m2 cada lote, pelo valor de 4.206,16€ (quatro mil duzentos e seis euros e dezasseis cêntimos), cada um dos lotes, o que perfaz um valor total de 8.412,32€ (oito mil quatrocentos e doze euros e trinta e dois cêntimos), de acordo com o previsto no artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes para Instalação de Atividades Económicas, e em conformidade com a alínea g) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal competência para outorga da escritura pública de alienação.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, eu voto favoravelmente, naturalmente, o ponto 2. Acho que não é mencionado qual a atividade da empresa e questiono qual a atividade da empresa porque penso que não consta.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “É construção civil.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 3 - Alteração da Data dos Mercados Quinzenais na Cidade da Guarda:-

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vereadora Cecília Amaro do seguinte teor:-----

Proposta PVCA n.º16/2020

Considerando que:-----

O Município da Guarda dispõe de atribuições que lhe são cometidas legalmente nos domínios da cultura, dos tempos livres e do desenvolvimento económico. -----

No Concelho da Guarda as feiras assumem um importante papel em qualquer um daqueles domínios, com destaque as Feiras Quinzenais, com longa e enraizada tradição entre as nossas gentes.-----

Aquando da decisão da transferência do mercado da Guarda do centro da cidade para a envolvente da Avenida Cónego Álvaro Quintalo da Cunha foi decidido que este manteria a mesma periodicidade, ou seja, primeira quarta-feira e terceiro domingo do mês.-----

No entanto, o mercado do terceiro domingo do mês tem-se revelado pouco atrativo para o público em geral considerando a afluência reduzida que tem tido e, por conseguinte, para os feirantes que optam cada vez mais por não o realizar por ser pouco rentável. Este facto tem resultado em algum descontentamento dos feirantes e levado muitos a sugerir a retoma da anterior periodicidade do mercado antes da

sua transferência para o centro da cidade, ou seja, primeira e terceira quarta-feira do mês. -----

O Regulamento de Feiras e Mercados, aprovado em 1987 e elaborado ao abrigo do revogado DL n.º252/86, de 25 de agosto, encontrando-se o mesmo caduco por força do n.º2 do artigo 145.º do Código do Procedimento Administrativo, atenta a profusa legislação que se produziu posteriormente, direcionada à atividade de comércio a retalho não sedentária.-----

A Associação de Feirantes das Beiras é de parecer favorável à alteração da data de realização do segundo Mercado do mês para a terceira quarta-feira. -----

Sem prejuízo de novo regulamento sobre a matéria, que se encontra a ser elaborado, pode e deve esta Câmara Municipal deliberar sem mais delongas, em ordem a permitir o quanto antes a já referida maior acessibilidade destes eventos, e também a sua mais eficaz propagação, com benefícios para os feirantes e também para o comércio em geral, nos seguintes moldes:-----

A partir do dia 21 de Outubro, inclusive, as Feiras Quinzenais realizar-se-ão do seguinte modo:-----

» Na primeira e terceira Quarta -feira de cada mês, no local habitual (Avenida Álvaro Quintalo da Cunha), ou noutro local a designar oportunamente pela Câmara Municipal e que reúna as condições mínimas para o efeito.-----

Atento o exposto, e reunidas que estão as condições consignadas no DL n.º10/2015, de 16 de janeiro, proponho ao digno órgão executivo, para apreciação e votação, a presente proposta de calendarização e localização para a realização das Feiras Quinzenais, nos termos do parágrafo antecedente, ao abrigo da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33º em conjugação com as alíneas e), f) e m) do n.º2 do artigo 23.º, todas da Lei n.º75/2013, de 12 de Novembro, e, conseqüentemente, a revogação

parcial da deliberação do dia 25 de junho, na parte respeitante à calendarização das Feiras Quinzenais, ao abrigo do nº1 do artigo 165º do CPA.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 4 - Concessão de Apoios Financeiros às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Gonçalo e Famalicão da Serra para Aquisição de Veículos Ambulância: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º332/2020

Considerando que: -----

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Gonçalo e Famalicão da Serra deparam-se com dificuldades e escassez de meios, nomeadamente de veículos de tipo ambulância para prestar auxílio às populações; -----

As ambulâncias existentes são insuficientes e encontram-se em mau estado, devido ao elevado desgaste; -----

Este equipamento é fundamental à missão de proteção e socorro das populações; ---

Ambas as associações solicitaram apoio para aquisição de um veículo deste tipo, com vista a melhorar a qualidade da prestação de serviços de socorro e de saúde às populações das freguesias que integram as suas áreas de atuação;-----

O valor do apoio financeiro está devidamente cabimentado na GOP 4 2.0 2020/5054, no montante de 20.000,00€ (vinte mil euros).” -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: ----

Conceder o apoio financeiro de dez mil euros (10.000,00€), a cada uma das associações - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Gonçalo”, e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Famalicão da Serra” ao

abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e alínea o) do nº1 do artigo 33º do anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, com as suas alterações.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder os apoios de acordo com a proposta.-----

Ponto 5 - Concessão de Apoio Financeiro à Associação Cultural e Desportiva Os Beirões para a Realização da Taça de Portugal de Radiomodelismo: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º325/2020

Considerando que: -----

O papel que a Associação Cultural e Desportiva Os Beirões, tem desempenhado na promoção de atividades variadas como forma a promover o seu território, neste caso específico com a realização da Taça de Portugal de Radiomodelismo;-----

A relevância da Taça de Portugal de Radiomodelismo estar inserida no calendário da Federação Portuguesa de Radio Modelismo Automóvel e que reúne um número significativo de praticantes vindos de todo o País; -----

Que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, prevê no número 2 do artigo 15.º que “(...) a Câmara Municipal da Guarda pode ainda deliberar a concessão de apoios a entidades que promovam uma atividade, ação ou projeto esporádico de manifesto valor cultural municipal (...)”. -----

Nesta conformidade,-----

Ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e n.º 1 alínea u) do artigo 33º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, propõe-se conceder um apoio financeiro de 1.000,00€ (mil euros) à Associação Cultural e Desportiva Os Beirões. -----

O apoio financeiro supra identificado encontra-se devidamente cabimentado na rubrica 0102040701 GOP 2.5.2.2020/5037 (Apoio a outras atividades desportivas).

Atento o supra exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio de acordo com a proposta.-----

Ponto 6 - Concessão do Serviço de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda - Retificação da Prorrogação de Prazo de Apresentação das Propostas Deliberado na Proposta "Ratificação da Ata do Júri do Procedimento com as Listas Esclarecimentos/Erros e Omissões:-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º326/2020

Considerando que:-----

Aos dezasseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte, o júri do procedimento reuniu, em cumprimento do artigo 50º do CCP, e elaborou a ata de análise aos esclarecimentos, erros e omissões, retificações e alterações das peças do procedimento, dando resposta aos esclarecimentos apresentados, pelos interessados;-----

Ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação o Presidente da Câmara Municipal por despacho de 17 setembro de 2020, disponibilizou, de acordo com o nº8 do artigo 50º do CCP, os erros e omissões aos interessados e prorrogou o prazo de apresentação das propostas por mais 4 dias, ao abrigo do nº 1 do artigo 64 do mesmo diploma;-----

Tal decisão foi ratificada ao abrigo do disposto no nº 5 do artigo 164º do CPA em reunião do executivo de 22 de setembro de 2020;-----

A publicação da prorrogação do prazo no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), conforme obriga o nº 4 do artigo 64º do CCP, sofreu um atraso, o que originou a que o prazo decorrido entre o fim do prazo de prestar esclarecimentos de erros e omissões e a data da referida publicação não fosse 4 dias, conforme consta da ata do júri do procedimento, mas sim de 9 dias. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: ----

Retificar, ao abrigo do nº 1 do artigo 174º do CPA, a decisão tomada por despacho, em 17 de setembro de 2020 relativa à competente decisão de prorrogação do prazo na apresentação das propostas, constante da ata do júri do procedimento com as listas de esclarecimentos/erros e omissões, por mais 9 (nove) dias, ao abrigo do nº1 do artigo nº 64 do CCP, retroagindo os efeitos de retificação à data do ato a que respeita.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à retificação nos termos da proposta.-----

Ponto 7 - Substituição do Sistema de Distribuição Pública de Água e Respetiva Pavimentação em Vila Mendo e Arraiaio - Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação do Prazo de Execução: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º328/2020

Considerando que: -----

1 – A empreitada de obra pública, adjudicada à empresa Opualte – Construções, S.A., e o prazo de execução (30 dias) inicialmente previsto e objeto de contrato foi ultrapassado; -----

2 – Os trabalhos decorrem com os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia do Covid-19; -----

3 – Os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia Covid-19, têm implicações diretas e indiretas na prossecução normal dos trabalhos, bem como a falta do licenciamento por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, para construção de passagens hidráulicas; -----

4 – Ambas as partes reconhecem que estas ocorrências tiveram como consequência o abrandamento do ritmo dos trabalhos, por impossibilidade de realizar os mesmos;

5 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão do contrato e enviou um novo plano de trabalhos atualizado, com previsão de conclusão de todos os trabalhos, no prazo de 30 dias, que se anexa e faz parte integrante desta proposta; -----

6 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

7 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

- Aprovar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro e respetiva prorrogação de prazo de 30 dias, por uma única vez, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o novo plano de trabalhos e prorrogar o prazo de execução da obra por mais 30 dias. -----

Ponto 8 - Substituição do Sistema de Distribuição Pública de Água e Respetiva Pavimentação em Cerdeiral - Panoias de Baixo e Paiviegas - Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação do Prazo de Execução: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º329/2020

Considerando que: -----

1 – A empreitada de obra pública, adjudicada à empresa Opualte – Construções, S.A., e o prazo de execução (30 dias) inicialmente previsto e objeto de contrato foi ultrapassado; -----

2 – Os trabalhos decorrem com os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia do Covid-19; -----

3 – Os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia Covid-19, têm implicações diretas e indiretas na prossecução normal dos trabalhos, bem como a falta do licenciamento por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, para construção de passagens hidráulicas; -----

4 – Ambas as partes reconhecem que estas ocorrências tiveram como consequência o abrandamento do ritmo dos trabalhos, por impossibilidade de realizar os mesmos;

5 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão do contrato e enviou um novo plano de trabalhos atualizado, com previsão de conclusão de todos os trabalhos, no prazo de 30 dias, que se anexa e faz parte integrante desta proposta; -----

6 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

7 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar.-----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

- Aprovar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro e respetiva prorrogação de prazo de 30 dias, por uma única vez, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o novo plano de trabalhos e prorrogar o prazo de execução da obra por mais 30 dias. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de excecutoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e quarenta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Diretora do Departamento de Administração e Coordenação Geral, que a subscrevi.-----